

AMÉRICA ESPANHOLA: NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SÓCIO - POLÍTICO E ECONÔMICO.

Luciara Silveira de Aragão e Frota

Da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O Período Mercantilista

Na evolução da formação histórica, econômica e social da América Latina podemos observar desde os seus primórdios que houve sempre uma adequação à estrutura dos países europeus, ditos colonizadores. Noutras palavras o desenvolvimento da América Latina desde o descobrimento tem gravitado em função dos centros exteriores, tendo a Europa como ponto de partida até a influência dos Estados Unidos da América nos dias atuais.(1)

Durante o período mercantilista que podemos considerar de 1500 a 1750 aproximadamente, temos as formas de dominação escravista e servil (2) como necessidade de suprimento da mão de obra e o motivo e métodos de produção conduzidos também, a realidade da colocação de produtos no mercado externo pelas potências então dominantes. Este período envolve não só a conquista da região, mas ainda a formação das

instituições e estruturas sócio-econômicas e culturais dentro das quais se apoiará o relacionamento das colônias versus metrópoles. Nesse período inicial temos estimativas populacionais nas Américas que variam de 15 a 30 milhões (3), com áreas de concentração em parte da América Central, México, Colômbia, Peru, Equador e parte da Argentina, habitada por astecas e incas respectivamente, e os restos do império maia.

As organizações desses impérios são geradoras de excedentes, pela existência de uma elite dirigente, necessária ao funcionamento e organização do sistema em exercício, aliadas a atividades de economia urbana, caracterizada por produção artesanal e a proteção de serviços comunitário-tributário, onde o Estado "se apropria de uma parcela de seu excedente" (tributando-a) e dando-se através dos funcionários do Estado a distribuição de excedentes nos núcleos urbanos. Em outras áreas americanas, temos, porém, a prática de uma agricultura de subsistência como entre os taianos e mapuches e vazios de baixa densidade populacional como os pampas e o chaco, percorrido por nômades primitivos. Ora, usava a política mercantilista uma indução no aumento das exportações e mesmo que não existisse uma política destinada a diminuir as importações, os caminhos seguidos para obtenção de resultados seriam a redução no consumo interno; restrições quanto a importações; cultivo e exportação de produto de fácil comercialização em outros países com conseqüente incentivo para as exportações, havendo, portanto, necessidade de um aumento de produtividade gerado por um aumento de população. Assim, as colônias americanas foram naturalmente as fornecedoras desses excedentes. De início com o ouro e a prata, através de apropriação dos estoques existentes, e, posteriormente, quando esses se esgotaram, pelo controle da organização de produção, transportes, comércio e taxaço. Quanto aos produtos agrícolas, quando de grande valor por unidade, tal também, aconteceu em razão do próprio desenvolvimento do controle dos meios de produzir, comercializar, transportar, e, ainda, pela taxaço sobre os produtores (4).

O relacionamento das diversas regiões da América com a Metrópole está diretamente ligado a suas respectivas atividades de exportação, donde se poderá concluir que há variação de objetivos quanto ao tratamento dado às áreas de cultura de subsistência com falta de recursos naturais onde além da ocupação, desenvolveu-se a demanda européia relativa ao café, tabaco e açúcar por exemplo, principalmente nas colônias onde melhor se implantou um sistema de transporte (5). O ouro e a prata, os recursos humanos para sua exploração e uma agricultura de excedentes, característica dos impérios astecas e inca, tiveram assim maior poder de concentrar as atenções dos povos colonizadores.

O período de 1570 a 1650 marca a fase áurea do mercantilismo colonial quando o país colonizador toma medidas para suplantir problemas ligados não só a assegurar a obtenção de produtos agrícolas, mas ainda a manutenção da mão de obra. Criou-se a mita, que tomou no México o nome de quatequil, e ali se retiravam indígenas das reduções e pueblos para serviços especialmente nas minas, por um relativo espaço de tempo, e as "ecomienas", seu correspondente na agricultura (6), em que o nativo presta serviço sem remuneração ou, mais tarde, com direito a um salário praticamente simbólico, que em nada alterava as suas miseráveis condições de vida. Uma outra medida foi ainda, a concessão de terras.

Para efetuar a transferência de excedentes, a Coroa espanhola cria a Casa de Contratação através da qual só comerciantes devidamente credenciados podiam exercer o comércio com as Colônias. Era a instituição do monopólio. O transporte desses exce-

dentes era feito ainda, através de portes especiais tanto na Colônia como na Metrópole e utilizava-se o sistema de "frotas". A participação direta da Coroa exerceu-se através da produção do ouro e seu controle, bem como através de impostos que se destinavam à arrecadação de excedentes e a proteção das manufaturas da Metrópole. Tal política possibilitou que se desenvolvesse a extração mineral e o aumento de produtos tropicais com vistas à exportação e ainda o suprimento das necessidades dos núcleos urbanos que congregavam a mão de obra disponível para o trabalho em minas e plantações, a burocracia colonial e os grupos dominantes.

A toda estrutura produtiva, corresponde uma estrutura social, que se cimentou no setor urbano por representantes dos interesses da Metrópole, como burocratas e militares, clero, comerciantes, proprietários de minas e de estabelecimentos rurais e, por último, o grupo dos artesãos e trabalhadores servis, composto de índios, negros e mestiços. Quanto ao setor rural, temos fazendeiros e empresários; ordem religiosas rurais e a massa de trabalhadores de minas e agricultores também não espanhóis. Note-se que na colonização espanhola, as cidades tiveram em alguns casos o papel de centro de gravitação das comunidades, enquanto fenômeno contrário se deu no Brasil, de colonização portuguesa. Gravitação originada na magnitude de sua burguesia mercantil.

Era grande a importância do Estado e da Igreja. O Estado atuava através de uma estruturação de poder e hierarquia composta do monarca, vice rei, governador e órgãos representativos dos interesses da Metrópole como Conselho das Índias. Audiências Reais e Casas de Contratação e ainda os que representavam os interesses das Colônias, como o Cabildo, destinado aos residentes importantes das principais cidades, e o Consulado, para tratar de interesses mercantis coloniais. A igreja com funções estabelecidas entre a Coroa e o Vaticano com uma missão educacional evangelizadora e o cumprimento de funções administrativas ligadas à direção de cemitérios e registro de nascimento, tendo recursos oriundos de doações, tributação, venda de terra e produção, impostos (dízimo), usura por exemplo.

Poder-se-á falar de um Modelo Colonial Espanhol que se liga fundamentalmente aos padrões econômicos, colimados através de medidas tomadas no campo social e político. A área de maior concentração de interesse como já ficou dito correspondia a dos Impérios astecas e inca, onde não foram tomadas medidas de substituição de grupos dirigentes oriundos da região havendo uma incorporação dos chefes índios, curatcas, caciques que passaram a fazer parte da burocracia colonial (7). A produção agrícola vai-se destinar principalmente ao abastecimento da área prioritária de mineração a qual regulava os volumes das transações de comércio e volume de transferência para a metrópole, amortização da economia e o seu nível de renda, à arrecadação tributária e o nível das importações feitas. Em função dos núcleos urbanos e aumento de população de origem ibérica foi aumentado o interesse de cultivo por produtos alimentícios como o trigo, arroz, centeio, gado, cevada e aveia. Há, portanto, em exploração máxima, o aproveitamento do potencial natural e humano e cuja necessidade de mão de obra vai interferir diretamente no equilíbrio econômico, com relação ao aproveitamento dos recursos produtivos nas áreas de economia de subsistência, a que já nos referimos. A preocupação maior da Coroa foi, nesses casos a sustentação administrativa civil e militar, mas o desenvolvimento de atividades de comércio ligadas à produção e comercialização de couros, vinhos e azeites, por exemplo. Nas áreas ou espaços, cognominados vazios, como Uruguai e Chaco, a preocupação fundamental foi a de fortalecer o poderio militar e civil, para reduzir e evitar, não só a penetração territorial de outras potências, mas ainda, reprimir o contrabando. O estabelecimento dessa burocracia repressora requereu

financiamento do Vice-Reinado, e de um comércio relativamente pequeno com outros re- cantos englobados para sua área de controle, onde se desenvolveu desde cedo, a agro- pecuária para fins de exportação, que teve características extensivas correspondentemente à baixa densidade demográfica, sendo o campo um controle de atividade econômica e o criador de gado o principal elemento social. Daí uma mão de obra escassa e conse- quentemente cara.

A variação, (8) a linha intermediária encontrada no modelo referido, é uma mo- dificação do mencionado em regiões tropicais como partes do Brasil, ou as Caraíbas, com uma economia repousada sob um grande número de escravos e voltada, desde o nascedouro, para a exportação de produtos agrícolas em grande evidência no século XVIII e com um fraco grupo de comerciantes e burocratas, encimados por poderoso grupo de donos de terras e fazendeiros.

Em resumo, podemos afirmar serem a mineração e a agricultura os principais geradores de excedentes e inversões. Excedentes que subvencionaram gastos de con- sumo dos proprietários, pagamnto de impostos, remessas para a metrópole e acumula- ção, que conduziu a expansão potencial da capacidade produtiva, a qual, para se efe- tivar, necessitava de um mercado para colocação de produtos exportáveis. Condição preenchida, pois foi eliminada a capacidade de absorção de metais em parte da Europa (9) e ainda a melhora da disponibilidade de mão-de-obra feita através de um aumento quantitativo, que poderia ser explicado pelo crescimento mais ou menos constante da população, concentrando-se a mão-de-obra na mineração, atividade prioritária, e reduzin- do-se na agricultura. Outras alternativas ligadas a este item seriam, o aumento quer na produtividade quer no número de horas trabalhadas, e a diminuição do número de tra- balhadores que precisa-ram ser utilizados na agricultura, o que chamaríamos de redução ao nível de subsistência.

A demanda ilimitada de metais preciosos levou a uma demanda derivada sempre maior, especialmente de novos produtos agrícolas, e uma crescente necessidade de mão-de-obra para a agricultura e mineração, que se ligam como fatos consequentes as migrações internas, a reclamação de terras para plantação de novos produtos agrícolas e a concentração de população em povoados e "reduções". Tais consequências levam à razão principal da decadência indígena do império espanhol no século XVI. É que os fatos mencionados prejudicaram enormemente a organização de trabalho em comuni- dade, o equilíbrio ecológico dos cultivos tradicionais primitivos e o sistema usual de irrigação.

O modelo econômico adotado para a área preferencial dos Impérios Inca e Asteca, bem como o adotado para os chamados "espaços vazios", encontrou o seu ápice, apro- ximada e concomitantemente por volta da segunda metade do século XVI e primeiras décadas do século XVII.

As Mudanças e as Crises na Estrutura Institucional

Por volta de 1750 (19) até o final do século XVIII, surgem alterações fundamen- tais no funcionamento da economia colonial de natureza mercantilista, que tem início no Peru com a crise de mineração causada pela falta de mercúrio, escassez de mão-de-obra e principalmente o esgotamento dos veios superficiais.

Esta crise das minas do Peru posteriormente do Alto Peru levou à crise de todo o sistema e atua como geradora de mudanças. Consequentemente, houve perda

da ascendência nos grupos ligados à mineração tanto no campo econômico como no político, que foi substituído no poder por um novo grupo; o dos exportadores de produtos tropicais e daqueles que se ligam às atividades agrícolas e pastoris. Novas atividades tomaram vulto, havendo inicialmente várias restrições à produção manufatureira. É preciso diversificar para substituir, daí os conflitos entre os crioulos e a Metrópole, que terminaram na abolição de muitos privilégios e restrições. Entraves institucionais são assim removidos por pressão das colônias, necessidade de estímulo ao comércio entre Espanha e América, crises políticas e o Estado. Lembre-se que o caso da crise da mineração, atividade da qual estava dependente a Espanha coincide com a época da ascensão econômica, política e militar da França e da Inglaterra. De todos fatores mencionados é justamente o problema da decadência da mineração, que leva ao enfraquecimento do controle centralizado da Coroa sobre as Colônias. Deste processo inicial vai surgir a fermentação da Independência a partir de 1808 (Quito e Caracas). Os movimentos pela Independência começaram justamente nas áreas ditas "vazias" e nas de economia de subsistência. O movimento converge da periferia para o centro, tendo Buenos Aires em 1810, por ligação a potências como a Inglaterra e estar sob controle menos rígidos da Europa, conseguindo a sua libertação.

O Período do Liberalismo

Diríamos que aí termina o período colonial e teremos até a década de oitenta a organização e institucionalização dos Estados nacionais. Poderíamos conceituar, generalizadamente, o período de 1750-1870 como a época do liberalismo, quando há mudanças externas iniciadas com a decadência espanhola como centro comercial e imperial ante a Holanda e depois a Inglaterra. Isto marca não só a transportação de uma supremacia dantes espanhola, mas é a superação do conceito mercantilista como maneira de organização política e econômica do Estado, substituído que foi pelo liberalismo como mudança ideológica, representada, tipicamente, pela Revolução Francesa e a Independência norte-americana, além da origem dos primeiros Estados republicanos. Na época contemporânea podemos enquadrar a supremacia britânica e a Independência da América Latina. O período de 1810-1824 apresenta, no exterior, um quadro de mudanças radicais, de orientação política social e econômica, a que se vincula a América Latina.

A mudança do panorama mundial, já enunciado, conduz a modificações políticas, também, nas Colônias espanholas, onde se formam as juntas governamentais para representarem o monarca deposto; com exceção dos centros da Colônia onde há concentração de poderes em mãos do vice-rei. A própria maneira de evolução da crise denota a falta de coesão entre periferia e centro da cidade. As juntas governativas formadas por crioulos e espanhóis trazem, principalmente ao plano local, a resolução de problemas da Colônia e Metrópole, que antes se resolviam na Espanha; os de centro e periferia coloniais antes resolvidos em Lima ou no México. Quando, após as guerras napoleônicas, a Espanha tenta através de manobras diplomáticas e ações militares a reconquista das suas colônias, a primeira junta de governo do Prata contou com certa simpatia britânica, que repousa em laços comerciais relevantes, principalmente no que concerne ao Rio da Prata e as Caraíbas, e pelo interesse da transmutação do sistema mercantilista da Espanha em sistema de livre comércio. A luta pela libertação começou simultaneamente na Venezuela na Bolívia (naquela época Alto-Peru) e no Prata culminando com o fim da dominação espanhola do Peru na batalha de Ayacucho, em 1824. (11)

Com a independência das colônias, houve a renovação da estrutura que dava importância especial aos aspectos da vinculação estabelecida com a Inglaterra, cujos con-

dicionantes são o que poderiam render as áreas naturais, inclusive do ponto de vista do transporte e a opção por estruturas anteriores vinculadas aos fatores geográficos, como já nos referimos ao tratamento do modelo colonial espanhol. Como aspecto de estrutura interna, o essencial é manter-se ou não o ideal integracionista de Bolívar, firmado no exemplo norte-americano, somado aos fatores da conservação do Império Espanhol, que se manteve unido durante séculos, e a criação de vínculos comerciais e econômicos que as colônias criaram entre si. O caminho tomado pela América espanhola foi de surgimento de vários Estados, motivado pela existência de caudilhos, cujo poder se estabelecera na Colônia e fora consolidado durante a Independência, e os conflitos de interesses entre periferia e centro, como já existia na Colônia, notadamente entre Peru e o Rio da Prata à época da abertura do Porto de Buenos Aires e da criação do vice reinado do Rio da Prata. A criação de uma estrutura interna e o estabelecimento de vínculos externos foi realizado aproximadamente até 1850. A adoção de estrutura interna foi influenciada pela ideologia liberal com base nos ideais de soberania que nortearam os movimentos marcantes do liberalismo. Praticamente tais ideais se expressaram através de um sistema jurídico, cujas normas operaram só parcialmente, pois foi aplicado às relações entre membros dos grupos dominantes e às relações internacionais. O relacionamento entre grupos dominantes e grupos dominados, estes constituídos de negros, mestiços e índios, toma formas que remontam, muitas vezes, aos resquícios da época colonial e de seus métodos de produção.

As nações recém-formadas sofreram mudanças cujo grau foi variável em função do tempo de duração das lutas da Independência pois onde o processo foi mais demorado as modificações foram mais profundas, dado a estrutura social já existente, condicionada pelo emprego de métodos de produção e características geográficas da área, até o surgimento e fortalecimento dos grupos novos, mormente dos importadores-exportadores e comerciantes estrangeiros, notadamente dos ingleses, como foi o caso da Argentina e do Chile, onde os setores de exportação passaram dos crioulos para o controle inglês. Os reflexos deste sistema de estruturação interna e vinculação externa, vão levar a corrente política dos liberais e conservadores. Poderíamos dizer até certo ponto, que os liberais representam os interesses exportadores e são influenciados por idéias européias e americanas. Quanto aos conservadores, pretenderam uma política de proteção às suas produções, ou daquilo que constituiu a produção das oligarquias locais mercantilistas de cunho nacional, apoiando-se nos comerciantes e fazendeiros importantes e na burocracia colonial. Há em muitas dessas vinculações irreverências aos conceitos de liberdade e igualdade perante a lei e, principalmente, quanto ao aspecto de concepção de contrato de trabalho. Naturalmente que, do choque de idéias e interesses entre conservadores e liberais, brotaria uma política compromissada e mista de alguns elementos liberais, como a liberdade de comércio, e de outros protecionistas, relacionados com a instalação de portos, estradas de ferro e fabricação de produtos para militares. Em síntese, temos que, até 1850, aproximadamente, as relações externas americanas se nortearam, pelos políticos liberais, mas também pela estrutura preexistente. Lembre-se, ainda, que o aparecimento das políticas liberais, aplicadas ao comércio externo, surgiu simultaneamente em toda a América Latina. O fato da região do Prata ser das mais afastadas, da Europa, o que por si só constituiria uma limitação como condicionamento de comércio, ou o tipo de recursos disponíveis não ser o exigido para o consumo europeu, ou ainda, os problemas de desorganização interna, não fizeram surgir aí as primeiras idéias de liberalismo como geralmente se pensa (12). O processo econômico nesta fase será decisivo para o período posterior que se estenderia até as vésperas da primeira guerra mundial, quando acontecerá na economia externa o fenô-

meno do chamado modelo de crescimento para fora. A estruturação da economia da época poderia ser classificada e subclassificada, obedecendo a especificação de áreas onde predominaram a agricultura de subsistência e aquelas onde as sociedades não sofreram modificações em sua essência. Como exemplificação dos casos do mencionado modelo de crescimento para fora, podemos mencionar a Argentina, onde o desenvolvimento das áreas vazias se ligou à transferência de recursos humanos e de capital para estabelecimento de uma infraestrutura de base, compreendendo uma série de transformações tecnológicas, e aumento, considerável, de produção cujo impacto interno foi, contudo, traduzido em termos de uma agropecuária extensiva; altos salários e mais fixos foram ali pagos para atrair imigrantes, dada a escassez de mão de obra neste período. Uma parcela do excedente ficava, logicamente, em mãos dos latifundiários, o que implica em dizer que, embora o imigrante desejasse terras, não lhe sobravam alternativas para possuí-las. Havia, assim, na Argentina, maciça concentração de renda. As atividades de comércio externo levavam aquele país à amortização da economia, ao aparecimento proporcionalmente crescente de um mercado interno, à inclinação do estilo europeu de agricultura, em último plano, a integração nacional. Integração que se fortaleceu quando já os grupos dirigentes se tinham pacificado, apropriado daquelas áreas de terra para criação de gado. Propriedade que produzia sob controle nacional, mas cuja comercialização obedecia a orientação estrangeira. O estado não teve na Argentina atração além do incentivo às imigrações, sua integração através do processo educativo, concessão de mais tarifas, fortalecimento da indústria do país e incentivo ao comércio através da adoção de políticas liberais. Este último item deveu-se ao fato de que os interesses de nacionais e estrangeiros, se ligavam quanto aos gastos comerciais de importações e exportações além de que a classe média se manteve arredia a estes interesses, composta que era por burocratas do setor de serviços e agricultores, não estando ligada à exportação. Vale lembrar que esta política liberal não sofreu interferência dos trabalhadores, que não tinham oportunidade no processo de ascensão ao poder, não só por ser difícil o sindicalismo em zonas rurais, mas, ainda, por serem em pequeno número nas zonas urbanas, exceptuando-se o setor de serviços e frigoríficos. Ao longo do tempo o desenvolvimento econômico levou a uma industrialização incipiente. Quando da Primeira Guerra Mundial e da crise de 30, alterou-se o modelo exportador, sem danos para a economia, que resistiu com novo sistema: a substituição das importações. O Chile apresenta um modelo diferente para análise, e já por volta de 1830 era considerado nação com razoável estabilidade, dada sua consolidação institucional, política e econômica precisamente na primeira metade do Século XIX. Na segunda metade do dito século, tomou vulto a sua exportação de salitre, cuja demanda aumentou graças ao emprego na Europa como fertilizante. É, contudo, após a guerra do Pacífico (1879-1883) que as exportações chegaram ao seu auge, quando a maior parte da área disputada com o Peru e a Bolívia ficou em mãos chilenas. A importância do salitre para a economia chilena foi, também, pela grande utilização direta da mão de obra. A Primeira Guerra Mundial teve no salitre importante material bélico. Nessa época era iniciada a exploração de cobre com capital e através de companhias americanas; na década de 20 acelerou-se a exploração do cobre e a indústria do salitre entrou em declínio. Contudo, na crise de 30, a economia resistiu e diversificou-se.

Cuba representaria um outro tipo de estrutura com base no açúcar onde se empregou vasta mão de obra e onde as flutuações estiveram ligadas aos períodos de colheita e entre safras. Destas flutuações surgiu a estrutura latifúndio-minifúndio, mesmo quando se sabe que o minifúndio podia gerar mão de obra para o período das safras, de gêneros alimentícios, permitindo sugerir a substituição do escravo sem grandes

problemas. Os progressos da economia internacional no final do século XIX levam à modernização do setor exportador para estabelecer competição com a beterraba norte-americana e a cana de açúcar do Havai. A necessidade de exportação para os Estados Unidos, graças ao aumento da demanda neste país, leva a inovação tecnológica na indústria da cana de açúcar e a exportação de algumas empresas, tendo-se feito sentir uma maior concentração da propriedade, criação das centrais, substituindo os antigos engenhos, a par da necessidade de terras para a criação de gado, e criação de um estado competitivo que culminaria com a aplicação dos recursos dos pequenos produtores numa agricultura de subsistência. A expulsão desses pequenos produtores, proporcionou abundância de mão de obra, notadamente, após a guerra da Independência (1898). Nos nossos dias, as inovações tecnológicas aumentam a produtividade e consequentemente a receita, além da mão de obra abundante determinando salários baixos. Note-se que o sistema produtor e exportador do açúcar gerou a criação de um sistema ferroviário e de uma ampla rede de comunicação, abrangendo todo o país e de um sistema financeiro e comercial, voltado para o setor exportador. Após a Independência, a economia, que continuava especializada, levou a uma substituição de interesses espanhóis e, até certo ponto, cubanos por interesses americanos, e uma maior concentração da propriedade. A situação de dependência como colônia da Espanha por uma dependência econômica, política e jurídica dos Estados Unidos, que substitui também a orientação mercantilista colonial espanhola. No século XX cresce a renda per capita dos cubanos, mas as reinversões praticamente inexistem, por causa dos acordos tarifários com os Estados Unidos, feitos por grupos que favoreciam aquele país. Em Cuba, diferentemente do caso chileno, não captou o país grande parte dos excedentes produzidos pelo setor exportador, e, em virtude da especialização de sua economia, a época de grande depressão vai conduzi-la ao recesso.

Quanto ao México e ao Perú, são países que desempenharam papéis de centros na época colonial, e enfrentaram no século XIX graves problemas políticos internos, ligados a guerras com vizinhos e as intervenções estrangeiras, conseguindo, contudo, desenvolver um setor exportador. No Perú tal acontece com o guano por volta de 1840-1880; possível de ser extraído das costas do Pacífico, e pouco sujeito aos efeitos da crise.

É neste período que se verifica aumento de imigrantes das mais variadas procedências. Várias causas deixam de gerar demanda adequada para uma infra-estrutura desenvolvimentista. Dentre elas podemos enunciar a própria localização geográfica, um mercado pequeno em relação a grande concentração de renda, decorrente do recebimento de concessões pelos produtores para exploração do guano do Estado, e venda aos exportadores do produto fixo. O aumento da taxa de lucro era feito com a exploração dos trabalhadores; a atividade se esgotava ao fim de 40 anos, além de que o Estado durante o período, pouco captou do excedente gerado por tal atividade de exportação, sendo uma parte utilizada para desenvolvimento das ferrovias e de modo até certo ponto improdutivo, em melhoramentos cubanos. A falta de diversificação econômica faz com que o Perú entre em depressão na crise de 1929.

Quanto ao México, desenvolveu as exportações de minerais e de gado, principalmente com a subida ao poder de Porfirio Díaz em 1876, e consequente restabelecimento da ordem. O capital estrangeiro, notadamente o inglês, o estadunidense e o alemão no setor de minérios, levou o país a um desenvolvimento maior, estabelecendo-se aí uma situação diferente, tendo-se a atividade exportadora como motivo de desenvolvimento. É que a atividade agropecuária e de mineração era voltada para a exportação. Também, visto que, tanto mineração como pecuária abrangiam vasta área, houve cria-

ção de uma infra-estrutura adequada. Nem o fenômeno da concentração da propriedade no México, impediu o surgimento de um razoável mercado interno. Concentração conseguida pela ocupação de áreas vazias e pela expulsão de índios e camponeses de seus territórios, no começo do século XIX. O impulso foi dado na época de Porfirio Díaz em 1880, tendo como resultado o fato de que a maior parte dos mexicanos ficaram sem terra, seguindo-se uma série de conflitos (13). Com a Revolução de 1910, foi mudada toda a estrutura mexicana; as terras foram divididas com a liquidação de fazendeiros nas zonas rurais, sendo o poder obtido pelos caudilhos da ordem burocrática. A bandeira hasteada passou a ser então a de distribuição e nacionalização, como ocorreu com o petróleo em 1937 durante o Governo Cárdenas e o desenvolvimento por ele iniciado.

A Mudança do Século e o auge do liberalismo (1870-1914)

As áreas cultiváveis da Europa sofreram naturalmente as imposições de suas limitações físicas para crescerem economicamente. A este fator aliaram-se as dificuldades institucionais para a modernização do meio rural. Assim, o crescimento na produção da agricultura e da pecuária só poderia ser obtido a altos custos. É aí que fatores ligados aos recursos naturais para a agropecuária extensiva, advindos de áreas da América Latina como a Argentina e também da Oceania, visavam a alterar tal quadro. A esse fator alia-se a vinda de recursos humanos e de capital, principalmente para a Argentina, além do desenvolvimento de rede internacional de transporte. Neste período, vale lembrar que as chamadas economias centrais, sofreram mudanças sérias; a Inglaterra declina enquanto sobem novas potências, como a Alemanha e os Estados Unidos, com uma economia diversa da britânica, assentados que são, industrialmente, sobre grandes empresas integradas, vertical e horizontalmente, com mudanças tecnológicas, que levariam à produção em larga escala, com princípios racionais de organização e administração bem como frequentes crises, que ajudariam a facilitar a diluição das pequenas pelas grandes firmas. Existe importância periférica para os assuntos latino-americanos dentro de tal contexto, pois há falta de complementariedade entre a economia estadunidense e a latino-americana, e se esboça a tendência do setor exportador, antes nacionalista em termos de retenção em mãos reacionárias e que viria a ser transferido para mãos norte-americanas. Na verdade, quando o Estado é representativo e o setor exportador está em mãos estrangeiras é razoável admitir-se a captação de uma parte crescente do excedente produzido pelo respectivo setor exportador.

Ao ápice do crescimento da economia nacional vai corresponder na América Latina a um aumento da exportação que poderá ser explicado por razões como, aumento da procura externa de produtos já produzidos e exportados, e do próprio crescimento da atividade comercial dos países importadores que fornecessem o crédito necessário, que agissem como intermediários, represando a demanda em função do mercado externo. Outro motivo é a produção de coisas novas uma resultante das próprias inversões estrangeiras e da crescente participação de estrangeiros, inclusive imigrantes, no processo de produção e consumo dos produtos.

Naturalmente, há conhecimento das possibilidades de colocação de produtos no mercado externo.

A economia básica do período, vai ficar dependente, a curto prazo, das variações do mercado externo e, a longo prazo, da competição de mercados e da continuidade da existência de recursos para produção. A atividade exportadora afetará não só o sistema de arrecadação e daí as despesas públicas, mas ainda o nível de empregos e as próprias inversões, seja no setor público ou no particular. Entram aí elementos como custos

de transporte, taxa de câmbio e o sistema de proteção as tarifas. Lembre-se, contudo, que no século passado a classe empresarial não formou um grupo de influência modificadora, exceto na Argentina e no Chile (14).

A redução, aumento e modificação das tarifas, se prende a atuação do setor empresarial ante as indústrias que surgiam. Quanto as taxas de câmbio se ligam ao aumento ou diminuição de divisas, enquanto se manteve o protecionismo oriundo da premissa, de que se precisava suprir com financiamento, o aumento gradual das funções do Governo.

A capacidade de absorção européia era, então, ilimitada embora se restringisse a oferta a fatores como mão de obra e recursos naturais, a que se prendeu as inovações da moderna tecnologia, para superar, ou pelo menos neutralizar o exaurimento de tais recursos.

Da capacidade de diversificação das atividades, com fins a exportação, na economia de cada país, vai depender o seu próprio processo de mudança estrutural, determinado por fatores como o tempo cronológico como foi o caso do Uruguai, Chile e Argentina. (15) Com parte da exportação fornecendo excedentes, usados na reinversão de capitais por mais de 50 anos, dando-se este fato oposto no Equador e na Venezuela. Além do tempo cronológico, o tipo de técnica empregada, a localização geográfica, as características da empresa — exportadora quanto ao tamanho e nacionalidade — a capacidade de resposta do setor interno a demanda originária do setor das exportações e o uso da captação dos excedentes pelo Estado, foram fatores estabelecidos na razão do seu grau de independência e do seu controle por grupos econômicos.

A crise após a I Guerra Mundial: Colapso do sistema liberal de comércio e surgimento da política protecionista.

A chamada crise do liberalismo vai se iniciar com a decadência do sistema comercial externo quando do eclodir da I Guerra Mundial, que trouxe, inclusive, a mudança do coração econômico do mundo, de Londres para Nova York. O ressurgimento de 1925, será breve e culminará com a depressão de 1929. Os empréstimos e investimentos estadunidenses, bem como seu crescente desenvolvimento e importância, vão determinar um aumento na oferta de produtos primários, e sua consequente baixa durante a crise, nos países exportadores.

Na América Latina, a queda de preços do algodão, trigo, juta, lã, cobre e estanho, determinaram redução na arrecadação dos Governos e o desempenho dos trabalhadores. A queda dos produtos agrícolas foi mais longe, porque os países centrais providenciaram expandir a própria produção de tais produtos. A queda das exportações vai corresponder, ainda, a um declínio de seus próprios preços e de seu volume. Há no período mudanças desfavoráveis, com ligação a intercâmbios, quando os preços das manufaturas de importação tiveram menor queda do que os produtos primários, com o consequente resultado da suspensão nas importações em 50%, ocorrendo a desvalorização, além do protecionismo, menor renda governamental arrecadada e desemprego, notadamente no Chile, exportador de minérios.

A reação interna a tal estado de coisas foi, naturalmente, variável na razão mesma de suas próprias diferenças. As mudanças ocorreram com maior intensidade em países como a Argentina, o Chile e o México, (16) por contarem não só com um setor empresarial melhor desenvolvido, mas, também, por terem diversificado melhor os seus produtos. Argentina e Uruguai apresentaram estoques acumulados e declínio na receita, mas

como a redução do nível de emprego resultaria no abandono das plantações e como a base das exportações eram os produtos agrícolas, o desemprego foi menor portanto. Além disso, houve o embaraço das obrigações contratuais, que levou a intervenção do grupo político dos fazendeiros junto ao Governo, para a compra de excedentes produzidos. Já com relação aos minérios, as coisas ocorreram de modo diverso, atingindo os empregados direta ou indiretamente ligados ao setor exportador. A intervenção do Estado se dá de modo diferente, subsidiando a produção do ouro, por exemplo, e aumentando o volume de obras públicas. A adoção dessa política, levou a emissão de moeda como solução imediata da crise. Conseguiu-se a manutenção da demanda interna até mesmo para os produtos provenientes do exterior. Era um passo tímido para a industrialização, que para se efetivar necessitava de outras medidas, tais como a criação de instituições financeiras sob o patrocínio do Estado, com suporte suficiente para garantir a afluência das poupanças internas, rumo a investimentos na indústria. A política da industrialização necessitou, também, a alocação seletiva de divisas, destinadas a implantação das base de capitais e das matérias primas, além de ampliar os serviços sociais e reorientar a inversão na infra-estrutura necessária. Só um grupo empresarial forte permitiria que fosse adotada tal política.

A influência da II Guerra foi notada pelo aumento da exportação de produtos primários e uma concentração nas importações. Tal situação levou a um certo desenvolvimento da indústria nacional, principalmente porque em alguns países foi recebido auxílio financeiro para que certas indústrias se desenvolvessem.

De modo geral este processo de substituição das importações foi observado no Uruguai, México, Chile, Argentina e mesmo na Colômbia.

Nos países onde não houve criação de condições elementares para o desenvolvimento, a crise de 29 gerou, além do desemprego, e declínio na receita do Governo, a contração da renda e da propriedade. É no final dos anos 30 que se vai recuperar o comércio internacional. A II Guerra levou à expansão do setor exportador e à contração das importações. Com o final da guerra são adotadas políticas de industrialização, acelerando-se a montagem de infra-estrutura condizente ao processo de industrialização, proteção alfandegária e transferência de outros recursos para o setor industrial, dentre outros.

A política liberal vigente não permitia a adoção de medidas incentivadoras de um processo industrial. Mais tarde, com a decadência de tais grupos é que o Estado se verá forçado a introduzir medidas que renovariam o setor econômico. É diferente, pois, do que ocorreu no Japão, países comunistas e com a Revolução Industrial. A nação é forçada a participação maior no setor econômico. O equilíbrio externo, que antes determinara o nível e o ritmo econômico, incluindo a política fiscal, para um outro modelo onde quem domina é o Estado, mesmo dentro das limitações impostas pela capacidade de controle da balança de pagamentos.

Os problemas que daí tendem a surgir são ligados ao aumento da renda, traduzido em demanda para importação das manufaturas, ou seja, a elasticidade de tais rendas e uma inclinação a importar. Também pode ocorrer que haja substituição de alimentos de menor valor, por outros de maior valor, como o milho pelo trigo, na Argentina, às vezes em razão de uma crescente urbanização. O incentivo à industrialização significa um aumento de inversões no setor correspondente, com restrição no consumo. A industrialização poderá ocorrer com o setor industrial crescendo mais rápido do que o setor agrícola. Tal significa que o crescimento da produção de bens intermediários e

demanda de matérias primas e de bens de capital importados, deve crescer mais rápido que os produtos agrícolas na pauta de exportação.

Os fatores citados inclinam a condução de solução, onde as importações excediam de modo sistemático as exportações, e o problema incide sobre a balança de pagamentos e poderá ser atenuado por melhora nas relações de trocas, inversões de capital estrangeiro e pela via de empréstimos.

As tarifas protecionistas, controle de quantidade e da taxa de câmbio, são necessários, mesmo que influam pouco sobre o volume das importações se ela for elástica. É que os bens importados são de capital, não sendo o preço a coisa mais importante, em função da alta renda de seus compradores.

A disponibilidade de divisas tem limites que implicam, quase sempre, na escolha de matérias primas ou bens de capital, em detrimento dos bens de consumo, principalmente no período de implantação de novas indústrias. Vem assim de fora, principalmente, a maior parte dos bens de capital, por inexistir no país um setor produtor de bens de capital e pela importação de técnicas de países de maior desenvolvimento.

Só posteriormente, ao atingir uma dinâmica própria é que o processo de substituição de importações dado a uma quantia fixa de divisas não nacionais, importação de máquinas para produção lenta do produto, principiara a necessitar de uma diminuição do produto fabricado no local.

Iniciado o processo substitutivo de importação vai ser gerada demanda para os itens de comunicação e energia, mão de obra qualificada para educação técnica, infraestrutura de impostos e setor governamental, fundamentado não só na mão de obra mencionada, mas ainda numa política educacional que levará a uma política social mais geral, inversões estatais de vulto, como a siderurgia, e necessidade de captação de recursos e orientação para determinados setores.

O chamado processo de industrialização de um país, implica em tendência para aumento de inversões estrangeiras, por duas razões: falta de recursos no setor privado com relação às possibilidades de inversões e desejo de lançamento de novos produtos no mercado, com base nas novas máquinas, existentes somente no estrangeiro.

Conclusões

Os aspectos de crescimento de economia na antiga América Espanhola são representativos de um tipo especial de economia exportadora dependente. Lembre-se, ainda, que o processo de industrialização, baseado na substituição de importações, leva, em geral, a resultados que repercutem nos efeitos regionais, havendo mudanças mínimas na localização das áreas de mais amplo desenvolvimento econômico. Naturalmente, as indústrias se localizam próximo aos portos, ou a grandes cidades já existentes, como necessidade mesmo da obtenção de matéria prima importada, em razão de representar um mercado em potencial. Além de que, a substituição da atividade de artesanato pela atividade industrial, leva a redução do emprego da mão de obra e sua consequente marginalização e desajuste. A indústria em expansão precisa de mão de obra especializada, forçando a não especializada ao recebimento de baixos salários. Os produtos frutos da substituição das importações tendem a ser variados. A participação do setor econômico, aumenta quanto ao Estado, atuando no treinamento da mão de obra, desenvolvimento de setores como o da eletricidade e crescimento do próprio setor de serviços.

No mecanismo da industrialização substitutiva, o elemento gerador é também limitativo, por implicar no preparo local dos bens de consumo após os bens de produção, no caso de máquinas e matérias primas serem importadas. A possibilidade de importação maior de bens não produzidos no país deixa de existir, assim os investimentos serão no setor específico, exceto no caso de haver um maior volume de empréstimos ou inversões estrangeiras diretas.

O endividamento externo, inclusive com maior remessa de lucros, diminui as divisas disponíveis para novas inversões. Na tentativa de sanar a crise pode haver inclusive consequente desvalorização da moeda. As desvalorizações podem não conduzir a uma demanda inelástica ou a uma redução significativa nas importações. Tenta-se assim uma política deflacionária para diminuição no nível das importações, via atividade econômica.

Chegou-se muitas vezes à inflação, como consequência da desvalorização da moeda já mencionada, e que se acompanha frequentemente, da contração dos gastos do Governo.

A experiência histórica da América Espanhola deixa claro que não há, na prática, obediência ao modelo teórico de solução dos problemas da balança de pagamentos, resolvidos à medida em que se industrializa o país, numa diversificação das exportações.

As dificuldades de competição internacional com uma indústria incipiente, as barreiras contra as importações dos manufaturados existentes em países desenvolvidos, e as dificuldades de diversificar a pauta de artigos exportáveis com relação ao setor dinâmico industrial em geral, nas mãos de companhias estrangeiras — que não aumentam suas exportações por causa da existência da divisão de mercados entre matrizes e filiais — são motivos suficientes para os entraves ao desenvolvimento ambicionado. Este é o caso do Uruguai, Argentina e Colômbia. Somente em casos de setores externos de rápida expansão como Venezuela e México, é que veremos cair tais empecilhos.

NOTAS

- (1) — Obviamente, no México a influência dos EE.UU. já era muito forte na primeira metade do século XIX. L. Pommerantz — Prof. Visitante PUC/SP — Entrevista agosto/1980.
- (2) — Basicamente a escravidão ligada à compulsão do trabalho utilizando o homem da terra como o caso dos maias, astecas e incas. Resguardando-se diferenciais de organização do trabalho, ainda quanto ao Brasil e Antilhas e quanto a Argentina, Uruguai e Paraguai. Cf. maiores dados in Darci Ribeiro, **As Américas e a Civilização** — R.J. Editora Brasileira p. 166.
- (3) — Darci Ribeiro Op. Cit. p. 184.
- (4) — CF. Fernando Lopes de Almeida "A Especificidade da Diferença entre a Formação Social Latino Americana" in **REVISTA DE CULTURA VOZES**, Jan/Fev. n.º 1 Brasília, 1975
Lembre-se ainda o envio de parte da renda de metropolitanos moradores na Colônia para a Metrópole.
- (5) — O Brasil com Portugal por exemplo.

- (6) — Fernando Lopes de Almeida, artigo citado p. 50.
- (7) — Leon Pommerantz — Prof. visitante da PUC/SP — Entrevista Pessoal em 21 de agosto de 1980.
- (8) — Variação que ocorre em áreas imprecisas.
- (9) — Problemas ligados ao excesso de ouro na Espanha. A expansão do suprimento de metais preciosos alcançou por volta de 1600 "um bilhão de dólares". Parte dele era fruto das pilhagens feitas pelos espanhóis nas terras dos incas e astecas, mas o grosso provinha das minas do México, da Bolívia e do Perú.
- (10) — Cerca de 1650, já há decadência na produção de minerais, de modo especial no Perú. O México conserva entretanto a sua produção até o século XVIII.
- (11) — Terminou a dominação espanhola na América Continental. Cuba continua sob dominação até quase o fim do século.
- (12) — Foi no México já na oitava década do Sec. XVIII que surgiu as primeiras teorias e práticas política-liberal — Leon Pommerantz. — Entrevista citada.
- (13) — Com a Revolução de Yucatan em 1847, a de Juarez em 1857 e mesmo a Revolução Mexicana.
- (14) — Como também o Brasil.
- (15) — Também aí se enquadraria o caso brasileiro.
- (16) — As mudanças mencionadas e a diversificação dos produtos ocorreram também no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fernando Lopes de **A especificidade da diferença entre a formação social africana e formação social latino-americana, in Revista de Cultura Vozes, janeiro/fevereiro n.º 11, Brasília 1975, p. 49.**
- AVELINO, Yvone Dias **A prata de Veracruz na época do comércio livre: 1778-1787: mudanças estruturais do sistema colonial espanhol. São Paulo, USP, 1972 — Tese.**
- ALTOLAGUIRRE y DUVALI, Angel de **Descubrimiento y conquista de Mexico, Barcelona, Salvat, 1954.**
- BRADY, Agnes Marie **História de la cultura hispanoamericana, New York Macmillan, 1966.**
- GASTIAZORO, Eugenio **Introduccion al análisis economico social de la historia argentina: colonia, independência y guerras, Buenos Aires, Ágora, 1980.**
- HIZER, Berit **Resistencia al Cambio com uma potencia para la acción radical campesina: Forster y Erasmus recon-**

siderados. Artigo in Instituto Indigenista Interamericano, volume XXX n.º 2, 2.º trimestre, 1970, México.

- NELON, Armando & CORDIJUELE, ... Ruiz de **"Los primeros tiempos de la colonizacion: Cuba y las Antillas: Magallanes y la primera vuelta al mundo"**. Barcelona, Salvat, 1952.
- RIBEIRO, Darci **"As Américas e a Civilização"** — R.J. Editora Civilização Brasileira, 1970.
- RUBIO, Julian Maria **"Exploración y conquista del Rio de la Plata: siglo XVI e XVII"**, Barcelona, Salvat, 1953.